CADERNO DE TESES
IV CONGRESSO DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA
2016

FORMATADO PELA

Comissão de Comunicação do CEGE (2019-2020)

O CEGE é compromisso, não é viagem!

Por que autogestão?

O que é centro acadêmico, por que ele é uma estrutura legítima capaz de construir mobilizações?

Não existe só uma maneira de fazer autogestão! Ao se deparar com os debates sobre o centro acadêmico feitos nos corredores do vão, percebe-se que há uma complexa diversidade de entendimentos e experiências dos estudantes de geografia com relação ao mesmo. Tal pluralidade de análises, cujas concepções finais costumam apresentar alternativas das mais variadas, é uma situação saudável da normalidade do embate de ideias que o CEGE se propõe a realizar, se não levantasse em suas análises um descompasso, uma brecha por onde o cerne da crítica se esconde: será que todas as pessoas sabem o que é a autogestão, para além de sua definição etimológica?

Ou ainda, será que todxs, ou pelo menos a maioria, puderam/quiseram vivenciar de perto a rotina do centro acadêmico? É de comum acordo que a atuação política de uma pessoa mude conforme sua predisposição e engajamento, e que utilizar de seu tempo e ideal de esquerda para efetuar uma práxis cotidiana da luta extra-acadêmica (leia-se: para além dos seminários, salas de aula e xerox de textos marxistas) é algo difícil, ainda mais em tempos sombrios como estes. Por mais que contraditório, tal distanciamento das ações diretas no momento atual se faz coerente quando se sabe que a aproximação, mínima que seja, das pessoas com o movimento estudantil da USP só as torna mais desacreditadas no potencial da combatividade, e não precisa ser nenhum grande entendedor do assunto (muito pelo contrário), basta acompanhar uma assembleia geral ou ouvir os relatos de alunos que já passaram por esse meio.

Talvez tenha este sido um dos primeiros erros desses anos de autogestão: não ter evidenciado para xs estudantes que o atual CEGE não se propõe a ser a reprodução deste modelo, mas justamente a ruptura do discurso engessado que permeia o movimento estudantil, baseado em manobras, acusações de manobras, cooptação, acusação de cooptação e, como consequência, baixíssimas propostas concretas. Quando se entende que o termo "política" não deveria ser

sinônimo de delírios passionais, ludibriações, desgaste eleitoral e eleitoreiro, e que existem outras possibilidades de se mobilizar que não compondo os fóruns burocráticos, é que se entende que há, sim, maneiras de acabar com a paralisia estudantil em busca de outras concepções de movimento.

Sabendo que existem grupos que se utilizam do centro acadêmico como trampolim político e consequente aparato de poder, valorizamos um centro acadêmico autogestionário, não se deixando levar por eleições anuais que não vão alterar em nada o panorama político do curso. Queremos potencializar ao máximo o empoderamento das pessoas, pra que estas se tornem agentes de suas próprias demandas políticas, tendo em vista a coletividade e jamais o individualismo.

Estar em um espaço autogestionado significa dar voz justamente às pessoas independentes, que não se prendem a uma fala ou opinião definida por suas/seus companheirxs de organização - sem tirar a liberdade de expressão daquelxs que se satisfazem com esse método organizativo.

A Autogestão no centro acadêmico da Geografia tem em potência a capacidade de organizar e estruturar a luta de acordo com as demandas dxs estudantes do curso. Quando um grupo se apropria da gestão, geralmente este é ligado a uma corrente do movimento estudantil (ou até mesmo externa a ele), que tem seu programa construído com outrxs indivíduos baseados em demandas diferentes, muitas vezes descoladas da realidade do curso de Geografia.

A forma horizontal de organização é uma mudança de paradigma, uma concepção filosófica que busca inverter a lógica vigente, pois é a garantia de que enquanto estudantes, temos o direito de ter nossa voz atendida, sem intermediários que possam vir a deturpá-la, proposital ou inconscientemente. É garantir que existem outras formas de se fazer política que não a democracia representativa.

A famosa autocrítica

Mas, mesmo estando em primavera, é preciso dizer que nem tudo são só flores - e disso, nós temos consciência. Talvez o principal desafio deste congresso que está por vir (e, inclusive, seu objetivo primordial, pra que não se torne uma ferramenta

inútil e se perca em debates tautológicos) - não seja de fato, debater os porquês da autogestão, mas sim quais seus erros e como melhorá-la.

O fato da autogestão estar desmobilizada - isto é, não estar atingindo diretamente o cotidiano dxs estudantes - é uma falha coletiva, uma vez que esta, enquanto método, parte do princípio da própria coletividade. Não cabe aqui julgar x culpadx da situação atual, dividindo-nos entre xs poucxs que fazem o centro acadêmico funcionar ou xs muitxs que deixam de compô-lo devido suas razões pessoais. O ponto é que a autogestão se propõe, em sua própria construção, a superar seus problemas.

Sobre isso, um parêntese: embora seja crucial para a organicidade, não é o método que, sozinho, conduzirá a sucessividade de uma instituição; existem gestões e autogestões desmobilizadas, e isso se deve não ao sistema, mas aos membros que fazem parte dele. A organicidade depende, sobretudo, da ação política que se realiza a partir desse método.

E qual seria essa ação política, a fim de que xs estudantes não se distanciassem? Simples: faça você mesmx! O movimento normalmente esperado do centro acadêmico chegar até o curso se inverte em um processo de autogestão. Como assim, ela não representa os alunos? Não mesmo! Diferente da democracia representativa, onde escolhemos quem fará a política por nós, na autogestão o princípio é que todo sujeito é político, sendo necessário o incentivo a essa prática. A longo prazo é mais efetivo, pois o processo de se construir enquanto sujeito político e emancipatório por si mesmo. Se a gente não vai te representar, quem vai te representar? Você mesmx, a partir do próprio empoderamento.

Dessa forma, compreende-se que é necessário exercitar a cultura da democracia direta na Geografia, evidenciando que tal projeto de centro acadêmico só se realizará com plenitude se houver maior participação. É uma relação de dupla-troca: não adianta defender um projeto libertário sem que você mesmx se disponibilize a construí-lo com responsabilidade e disciplina. Afinal, o principal problema de uma autogestão atrofiada é a falta de pessoas para realizar as tarefas, e é justamente isso que não se almeja, pois seria, de uma maneira simbólica, “criar” uma gestão, delegar tarefas coletivas apenas a grupos individuais!

Quanto mais pessoas se disporem a ajudar, menos trabalho vai restar para estas mesmas pessoas, pois este será dividido e rotativizado. Em outras palavras, tornar o CEGE mais coletivo não depende só de nós, que estamos escrevendo, mas de você, que está lendo, de sua/seu amigx, que não leu ainda, enfim, de estudantes de geografia.

As boas respostas começam pelas dúvidas

Sabendo que o eixo principal dessa autocrítica é a falta de coletividade e responsabilidade, vamos agora falar dos problemas que isso gerou com o passar do tempo, e como isso pode ser transformado.

O primeiro deles foi a concentração de tarefas que se gerou em volta de poucas pessoas, principalmente na comissão de comunicação. Não sendo este um grupo consolidado, coeso, eram apenas 2 ou 3 pessoas que se propunham a realizar um calendário semanal, distribuir panfletos e passar nas salas. No fim, cada vez menos reuniões eram marcadas, atas redigidas, e pautas abandonadas. Como melhorar isso? Estabelecendo um tempo para a rotatividade das comissões, onde xs mais velhxs façam uma transição continuada de seus conhecimentos àquelxs que estão chegando agora? Divulgar melhor os eventos semanais, com mais antecedência?

Outro problema foi a falta de transparência. Como umx estudante vai ter interesse de se aproximar de um centro acadêmico, se elx sequer sabe o que está acontecendo lá dentro? É pela prestação de contas da comissão de finanças? É garantindo o registro das atividades e divulgação das atas, pra que xs ausentes possam se inteirar do que aconteceu?

Por último, mas não menos importante, é garantir que o espaço político das reuniões se torne frequente e aberto, mas sobretudo, acolhedor. O ato de tornar-se próximo do CA é um processo lento, onde aos poucos você vai entendendo as siglas, as dinâmicas e tudo o mais, e é contraproducente torná-lo um espaço hostil, inóspito - assim como são os canais tradicionais do movimento estudantil.

Dito tudo isso, uma pergunta a mais: como e onde colocar tais pontos? Acreditamos que, além da prática cotidiana, talvez seja de útil ato ampliar a carta de acordos, tornando-a menos genérica e mais propositiva. Embora seja mais

uma formalização dos termos que uma mudança pontual, é uma tentativa de conquistar um melhor comprometimento com o grupo.

O mais importante é lembrar que a luta é como um círculo, você pode começar a qualquer momento, mas nunca termina!

"La lucha es como un círculo, se puede empezar en cualquier punto, pero nunca termina."

Subcomandante Marcos

Geografiação

Forma organizativa mínima para dar suporte aos processos de mobilização do C.A

São espaços executivos do CEGE:

I. Comissão de Cultura

II. Comissão de Comunicação

III. Comissão de Finanças

IV. Gt de movimento Área

V. Reunião Geral (onde se organiza as pautas que serão discutidas e deliberadas na Assembléia geral da Geografia)

VI. Comissão de Alianças (que tentará, dentro das infinitas possibilidades, uma aproximação maior com o Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP), com os outros Centros Acadêmicos da Universidade e entidades que compõem o Aquário.

VII.Gt de Trabalho de Campo

Sugestão para construção da Autogestão

I. Grupos de discussão de textos (de preferência da matéria que estamos

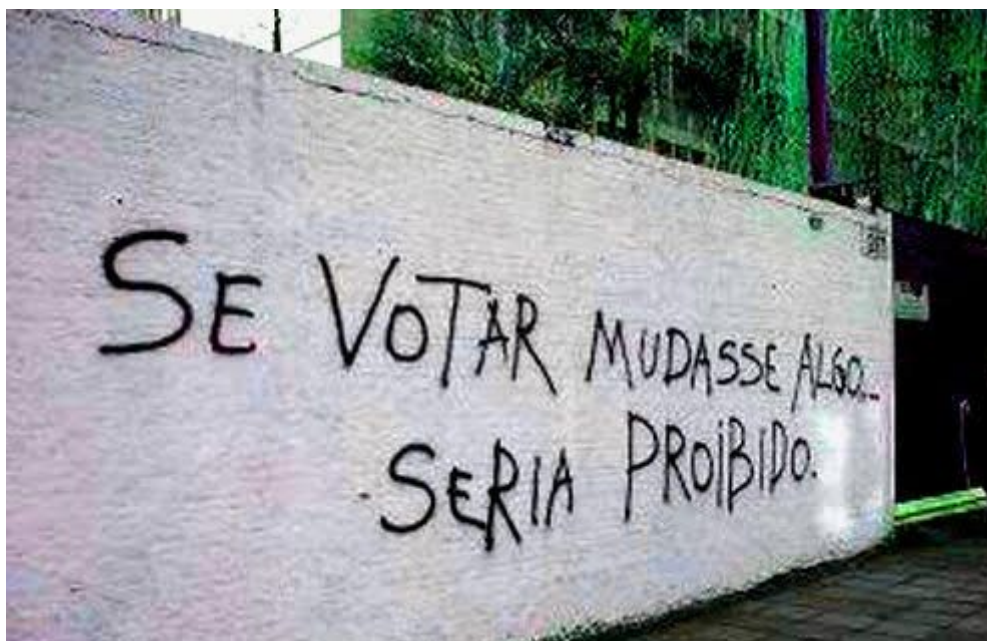
cursando/no entre aulas);

II. Grupos de estudos;

III. Praticar formas alternativas de construção coletiva de conhecimento;

VI. Menos Competitividade/mais Solidariedade;

VII. Menos Individualismo/mais Cooperação.

Que os objetivos se tornem realidade! Por uma Geografia que deixe de ser substantivo e se torne VERBO! PELA ESQUERDA COMPAS!!!

Gege em Movimento

PRA QUE UM CENTRO ACADÊMICO?

O CA é a entidade que pertence a todos os estudantes do curso, independente da sua forma de gestão. É um instrumento importante de mobilização estudantil que deve articular o conjunto de estudantes para que respondam aos ataques de forma organizada, e se coloquem na luta. Deve ter reuniões periódicas, abertas a voz e voto, para que a maior parte de estudantes possível decida conjuntamente as políticas da entidade. Além disso, deve ter uma política clara, na qual todos saibam o que é defendido.

Historicamente, as entidades demonstraram papel fundamental para colocar os estudantes em movimento, como no processo de derrubada da ditadura militar que, organizando a resistência estudantil, foram ferramentas para o avanço da luta. Hoje não pode ser diferente: deve dar vazão à contraposição dos estudantes aos ataques que visam destruir a universidade.

O QUE HÁ DE ERRADO COM O CEGE?

O CA da Geografia tem uma história de luta importante na universidade. Mas de alguns anos pra cá tem tido dificuldades de envolver os estudantes de conjunto nos espaços do movimento de curso e nas mobilizações gerais. Diferente da maioria dos centros acadêmicos, o Cege não tem uma gestão eleita, mas funciona através da autogestão. Em geral, este modelo surge como uma saída imediata e válida para se contrapor a gestões eleitas que aparelham ou fecham o CA em favor dos interesses de um grupo político particular. Antes da autogestão, por exemplo, o Cege estava completamente imóvel e burocratizado. Mas, passados três anos da experiência com a autogestão, o Cege se mantém imóvel e burocratizado. O que há de errado?

GESTÃO SEM PROGRAMA

Há muito tempo os estudantes, em maior ou menor grau, não sabem quem “é do Cege” e não sabem o que aqueles que tocam a entidade defendem para o cotidiano dos estudantes. Ninguém sabe quais são as suas propostas para enfrentar a atual conjuntura de ataques pelos governos , neste momento de profunda crise política e econômica, e sobretudo, seus projetos para avançar na articulação de mais estudantes. O movimento estudantil não pode ser só “dos lutadores”, como dizem, mas deve buscar envolver o maior número de estudantes.

O Cege, atualmente, é regido por uma carta de acordos votada no último congresso que não se aplica à realidade. É um texto que, na verdade, nunca serviu de orientador da política do C.A, caindo no esquecimento. Afinal como o Cege pode ser a entidade de representação dos estudantes se ninguém sabe o que aqueles que estão à sua frente defendem, ou defenderão, no dia-a-dia? Qual estudante se interessa em participar de algo tão pouco claro, em que as posições políticas e concepções programáticas que não o apresenta um programa ou perspectiva para a realidade?

O CEGE É DE TODOS OU DE NINGUÉM?

Teoricamente, a autogestão é um método aberto e especialmente horizontal de organização de uma entidade. Na prática, vemos que há um grupo de pessoas que toma a frente política da entidade, aplicando seu programa, mas que nunca foi votado. As mesmas poucas pessoas pensam, organizam e executam as tarefas do C.A sem nenhum comprometimento com a opinião geral, os espaços para divergência e discussão se tornam restritos e as decisões são tomadas à revelia da participação da maioria dos estudantes.

As decisões cotidianas perderam qualquer legitimidade, um grupo restrito de pessoas decidem o futuro da política na Geografia, o que gera um certo caos no cotidiano da entidade. Várias micro-reunlões serviam para tomar posições de diversos assuntos do Cege, isso foi, pouco a pouco dissolvendo a importância de todas elas. E, principalmente, dissolveu a necessidade de uma reunião geral da entidade aberta a voz e a voto a todos os estudantes que querem se mobilizar. As reuniões abertas foram minguando até praticamente se extinguirem por inanição.

O que reina como prática é o "quem quer cola, é uma autogestão”, desprezando totalmente a tarefa central de um centro acadêmico, que é agir conscientemente para articular os estudantes, e trazer cada vez mais pessoas para lutar.

CEGE PARA LUTAR

Vivemos um momento de ataques profundos em que a juventude sofre de maneira agressiva: mais de 25% dos jovens em São Paulo estão desempregados. A USP está sendo desmontada, a permanência estudantil destruída, as condições de estudo e trabalho pioram alarmantemente e os mesmos burocratas engravatados decidem a falência da universidade. Não há dúvidas de que é um momento chave em que precisamos fortalecer nossas entidades, ser muito mais organizados e menos amadores pra enfrentar os desafios que virão.

Hoje as pessoas à frente da autogestão estão na zona de conforto, afinal, se todo mundo é gestão, ninguém é também - a culpa da desmobilização é jogada nas costas “dos estudantes que não colam”. Se por um período isso funcionou, agora é preciso que seja diferente. Achamos que é hora de mudar, sem tabu, e organizarmos eleições para o Centro Acadêmico. Há CAs na USP que, inclusive, têm uma única chapa participando das eleições e, ainda assim, têm a consciência de suas responsabilidades.

Mesmo surgindo de um sentimento legítimo dos estudantes, de uma necessidade real de desburocratizar as entidades estudantis, atualmente a autogestão chega ao seu esgotamento sem conseguir avançar nas principais debilidades do movimento. Para superar a atual apatia da nossa entidade é preciso, pensamos, fortalecer a discussão por meio da apresentação de programas, trazer de volta a disputa política para a realidade dos estudantes e garantir o controle estudantil sobre o C.A por meio da democracia direta.

O DEBATE POLÍTICO NECESSÁRIO DE NOSSOS TEMPOS

Os estudantes elegem uma gestão e votam em um programa para que ele seja aplicado no dia-a-dia. Afinal, o centro acadêmico existe para intervir no cotidiano dos estudantes e da universidade. Quando uma gestão é eleita, os estudantes na prática votam na política com a qual mais concordam. As chapas, em geral, carregam programas distintos para a intervenção do CA no cotidiano do movimento e do curso. Os programas devem ser apresentados às claras no processo eleitoral e, o que tiver maior respaldo pelo conjunto de estudantes deve ser aplicado na prática, possibilitando que o movimento no curso passe pela a experiência com os diferentes de projetos políticos e, a partir da experiência, faça balanços e amadureça politicamente para melhor se armar para os enfrentamentos.

É preciso sempre pressionar por reuniões abertas, pressionar por assembleias, criticar publicamente quando a entidade se fecha, etc, são tarefas necessárias de serem feitas para garantirmos a democracia do movimento e o controle da maioria sobre ele. Se nos eximirmos dessas tarefas estaremos contribuindo na despolitização e no fechamento da entidade. Não podemos aceitar um ME vazio, fechado e burocrático em nenhum momento.

Defendemos, portanto que o Cege volte a ser gerido por chapas eleitas em urna. É preciso devolver aos estudantes o direito de decidir o programa de luta que eles querem para o futuro, isso não pode mais ser decidido em pequenas reuniões. É preciso ter uma gestão que possa agir com velocidade sobre a conjuntura, que possa ser cobrada por seus erros e acertos. Abrir novamente a participação no C.A para qualquer estudante, seja ele organizado ou não, através de reuniões abertas a voz e voto periódicas, pois a única garantia que temos contra a desmobilização e o burocratismo é a disputa aberta e honesta pelo futuro da nossa entidade no processo eleitoral e principalmente nos fóruns de democracia direta.

UNIDADE NA LUTA!

Hoje vemos que a mudança isolada da forma de gestão não resolveu todos os problemas do Cege. Isso ainda alimentou um grande sectarismo nos estudantes que começavam a entrar no movimento estudantil, em que as organizações políticas eram colocadas como a origem do esvaziamento e da burocratização do

M.E. Isso empurrou as organizações para fora da disputa do C.A, acabando com as oposições políticas dentro da entidade e isolando ainda mais o Cege.

Diante disso, achamos que é preciso uma disposição sincera de unidade no curso, que envolva os militantes de concepção autonomistas, os grupos políticos e, principalmente, os estudantes que ainda não participam do movimento estudantil, para que possam construir e fortalecer a entidade, independente da forma de gestão. Podemos ter diferenças, mas temos um inimigo em comum! Que a luta cresça e fortaleça!

Assinam: Ana Clara Bonazzi | Bruno Mahiques | Caio Miazzi | Davi Tochetto | Filipe Cruz | Gabriela Ferro | Lucas Cecin | Julia Nemo | Manuela Gato | Ricardo Almeida | Ricardo Martins | Thais Bueno | Victória Ribeiro | Wesley Valentim

Tese do Território Livre para o Congresso dos Estudantes da Geografia

AFINAL, DE QUE SERVIRÁ ESTE CONGRESSO?

No atual cenário político é preciso se perguntar: de que servirá um Congresso dos Estudantes de Geografia?

Há quem acredite que não há necessidade de repensar o M.E. e muito menos de mudá-lo. Há quem acredite que é melhor manter as coisas como estão, ou mesmo "relembrar" os anos anteriores que tudo estava tranquilo e próspero, e assim viver do passado.

Para nós, no entanto, é urgente reinventar o movimento estudantil na Geografia, romper com o comodismo e a inércia da desmobilização, e retomar o protagonismo histórico do nosso curso nas lutas da juventude dentro e fora da USP.

O refluxo da luta na USP, após a derrota da última greve, não deve e nem pode perdurar. Os ataques da reitoria avançam de forma avassaladora destruindo a universidade e cerceando cada vez mais o M.E. Nenhum dos nossos problemas foram resolvidos, pelo contrário, devem se aprofundar e, cedo ou tarde, empurrar novamente os estudantes à necessária resistência.

A dimensão dos ataques às condições de vida, trabalho e estudo ultrapassa os limites locais. Temos diante de nós, não apenas os interesses mesquinhos da burocracia universitária representada por Zago – estes são os agentes imediatos da ofensiva da burguesia e dos governos estadual e federal contra a juventude e a classe trabalhadora dentro da universidade. A mesma lógica privada que determina que a população trabalhadora deve arcar com o ônus da crise econômica para manter o lucro e os privilégios de uma minoria de parasitas no âmbito nacional, é a que toma conta e destrói o que ainda resta de progressista e libertador na universidade. Os hospitais e equipamentos de saúde, as creches, a prefeitura, os bandejões, as unidades de ensino e toda a universidade seguem sendo destruídos em nome da superexploração, da terceirização e do lucro.

O momento histórico em que vivemos é de dificuldade e de resistência, todavia, nos abre novas possibilidades para a luta. É necessário que a Geografia se reorganize e esteja à altura dos desafios colocados. Junho de 2013, as ocupações das escolas e universidades, as greves, tudo isso deveria ter rompido com a apatia e com o apego da juventude à velha política, aos vícios anacrônicos da esquerda, seus velhos aparatos e programas, mas de lá para cá, apesar do acirramento na

conjuntura, pouco mudou na atuação e no programa do M.E. Sob diferentes vestes, o burocratismo, o carreirismo, o reformismo e a conciliação se mantêm como lógica dominante na juventude universitária.

O momento político exige audácia, para abrir espaço para o novo nascer sobre os escombros do velho. É pra isso que deve servir o Congresso dos estudantes da Geografia este ano: para organizar e rearticular estudantes nesta conjuntura absolutamente nova que se abre. Grandes combates se aproximam, precisamos estar preparados!

UNIDADE CONTRA OS ATAQUES

Se saímos derrotados da última greve, ao menos ela nos trouxe uma importante lição: divididos não temos chance!

Na medida que o M.E. se distanciou do movimento dos trabalhadores, ambos se enfraqueceram e foram derrotados pela reitoria. O movimento sequer foi capaz de se unificar para defender o seu direito de greve, assistindo impotente ao corte de ponto dos trabalhadores grevistas e ao avanço da repressão sobre os espaços e as entidades estudantis. Vimos, inertes, a Usp ser sitiada pelos cães de guarda do reitor – PM e PPUSP talhando em conjunto a repressão e sucedendo em tirar aquilo que é nosso. A gravidade dos ataques e a miséria das condições presentes exigem a nossa ação imediata: é preciso unificar os estudantes naquilo que é mínimo e comum, na defesa da suas condições de vida, para formar um polo de resistência ao lado dos trabalhadores.

Fora da universidade o cenário não é diferente, inflação em alta, mais de 12 milhões de desempregados e cortes de direitos são impostos por uma minoria de parasitas contra as necessidades da maioria da população. Temer se prepara para desferir todos os ataques preparados pelo governo Dilma, que não o conseguiu aplicar por conta da crise política. Começou a ser aprovada na câmara a PEC 241, que congela o orçamento público por 20 anos, o que representa um profundo ataque aos serviços públicos, principalmente à Educação e à Saúde. Está sendo gestada uma nova reforma da Previdência, que vai aumentar a idade mínima para aposentadoria. Foi aprovada por decreto a reforma do ensino médio. Também está na pauta do governo retirar direitos trabalhistas tais como férias, 13º salário, FGTS e afins.

Mas, os burocratas sindicais não conseguem ignorar a pressão dos trabalhadores nos locais de trabalho. Vimos recentemente ações unitárias de diversas centrais sindicais em todo o país em resposta às medidas, em defesa dos salários, dos

empregos e contra os ataques do governo Temer. A classe trabalhadora começa a entrar em movimento na defesa do mínimo, das suas condições de vida. Façamos o mesmo!

A CRISE POLÍTICA E A OPORTUNIDADE QUE SE ABRE

Juventude e classe trabalhadora brasileiras vivem hoje um momento histórico que não pode ser perdido. O ciclo político em que o Partido dos Trabalhadores foi hegemônico na esquerda brasileira acabou. O enfraquecimento do PT teve início em junho de 2013: o aumento acintoso no número de greves e lutas mais radicais da juventude não à toa "coincidiu" com a queda da popularidade de Dilma, até seu impeachment.

Desde a queda do regime militar, a construção do PT serviu para manter a ordem “democrática” e a estabilidade para o capitalismo no Brasil. Com o aparelhamento de sindicatos, movimentos sociais e entidades estudantis, serviu como um grande dique de contenção e controle da revolta e da auto-organização dos trabalhadores, canalizando a luta sempre para o parlamento, para pequenas reformas os falsos juramentos de um futuro promissor. Esse aparelhamento se fortaleceu muito com a chegada de Lula ao poder em 2002, podendo ser sustentado a partir de então diretamente pelos recursos do Estado, mantendo uma forte base de apoio nas burocracias sindicais e demais parasitas. Com sua queda abre-se uma etapa de instabilidade na dominação da burguesia, que precisa, agora, rearranjar suas forças no Estado, agora sem o poder de mediação com as bases da classe trabalhadora. Como afinal manter a população trabalhadora sob controle sem o auxílio do PT?

O enfraquecimento da burocracia petista, somado à profunda crise econômica e um frágil governo como o de Temer, cria uma atmosfera explosiva. Finalmente algo novo pode surgir. É como se, de repente, uma carta fundamental do castelo de cartas tivesse sido arrancada, comprometendo todo o equilíbrio social. As pessoas, nas ruas, em toda a sociedade, voltam a falar de política; a dar suas opiniões, a xingar os governantes e a brigar.

Há o risco — para a burguesia — de que a classe trabalhadora passe à ação. É esse risco que temos de aprofundar. A juventude universitária tem o dever de abrir caminho para o futuro. Em todo momento de modificações de ciclo político — como na derrubada do governo Jango pelos militares, ou como no fim do governo militar no final da década de 1970 —, a juventude entrou em cena trazendo novos ares e prenunciando grandes movimentos.

Hoje, entramos num período de modificações assim. Cabe saber se a juventude uspiana seguirá acovardada, temendo o futuro, utilizando-se de falsos e frágeis argumentos para auto-enganar-se e lamentar a morte do PT, ou se ela tomará o futuro em suas mãos, abrindo espaço para o novo e o risco.

O M.E. ESTÁ AQUÉM DA CONJUNTURA

Tudo isso se expressa de forma bastante distorcida nos meios universitários. Embora a classe trabalhadora tenha perdido a referência no PT e até o repudie, bem como a maioria absoluta da população, na universidade tudo parece se inverter. Quanto mais o PT é rechaçado pelos mais pobres e pelo operariado, mais as formas camufladas do petismo ganham sobrevida neste setor da juventude, que, ludibriada pelo cretinismo parlamentar, acredita que está se passando um “golpe” no Brasil. E é sobre essa base que ele pretende se reconstruir.

O principal fator da impotência do CEGE hoje, é, na verdade, a miséria política e programática que tomou conta de todo movimento estudantil nos últimos anos com o refortalecimento do petismo em seu interior. Os grupos políticos à frente do M.E., assim como os que atuam no CEGE, parodiando o programa petista, se baseiam em cartilhas mágicas nas quais a conjuntura pode ser abstraída. Centram fogo em pequenas reformas localizadas (melhorias nesse ou naquele departamento), em garantir pequenos feitos para cantar “vitórias” e se autoconstruir, quando o momento que vivemos não é o de sonhar com uma universidade reformada, mas um passo muito anterior: barrar verdadeiramente os ataques, resistir, diretamente, na luta encarniçada, aos ataques cotidianos que se aprofundam e destroem o que ainda resta da universidade. A esquerda uspiana, vivendo num certo delírio, em geral abandona a necessária luta defensiva e unitária, e a substitui por pautas “propositivas” (por exemplo: em 2013 a luta por "mais democracia na universidade" serviu para desviar a atenção da crescente repressão policial após 2011). Essa lógica de atuação reforçou a fragmentação e desarmou o movimento estudantil nos momentos mais cruciais, como na greve deste ano.

Falta a esse setor, a compreensão da situação histórica do presente, de que a crise da universidade (reflexo da crise histórica do capital) é tão profunda que não é possível qualquer reforma para salvá-la. Em vez de pequenos acordos, conciliações, reuniões burocráticas, petições, abaixo-assinados e outras ações inócuas, os estudantes podem fazer valer a sua força, manifestar a sua juventude, ou seja: lutar de forma radical. Os velhos de 20 anos, que logo cedo aprendem as

manobras políticas de bastidores ou de assembleias, as conciliações e acordos de gabinetes, não servirão para nada; não abrirão o caminho do futuro.

Os ataques da reitoria estão cada vez mais profundos e encontrando menor resistência por parte dos estudantes. Muitos cursos que entraram em greve, sobretudo os de fora do eixo da vanguarda (FFLCH, ECA, FAU), tiveram como estopim as diferentes manifestações do desmonte em suas unidades: precarização das condições de estudo (salas lotadas, corte nas pesquisas de campo, etc), corte de bolsas, falta de funcionários, falta de professores, etc. No mesmo caminho caminhava a greve dos trabalhadores. Era mais do que necessário que o movimento conseguisse unificar os estudantes, dos diversos cursos, e os trabalhadores em uma mesma luta contra a reitoria e seu desmonte.

As direções do M.E. defendiam as pautas estudantis isoladamente umas das outras, como se não fossem parte de uma mesma luta com os trabalhadores. Como se fosse possível, por exemplo, conquistar "permanência estudantil" sem lutar por contratações de funcionários; como se fosse o suficiente um punhado de bolsas a mais enquanto todos os pilares da permanência seguem sendo destruídos. A destruição dos bandejões, das creches, do hospitais e etc. só pode ser impedida com um forte movimento unificado entre estudantes e trabalhadores. Além do mais, como já dissemos, a crise que assola a universidade é apenas parte da crise de toda a sociedade burguesa. Por isso, é necessário a maior unidade possível, unir os movimentos dentro e fora da universidade para tomar as ruas e combater a tentativa da reitoria e dos governos de jogar a crise sobre nossas costas e as costas do conjunto da classe trabalhadora.

A construção do projeto petista desviou por décadas as energias da juventude e dos trabalhadores para dentro dos limites da própria sociedade burguesa, da universidade burguesa, para o parlamento, para as reformas, para a conciliação com os patrões e, por fim, para o próprio governo burguês. Os estudantes deixaram de acreditar nas suas próprias forças e passaram a esperar melhorias vindas das diretorias de departamento ou em acordos com os professores. Acabaram por se adaptar à rotina universitária para construir suas carreiras. Para a juventude a rotina é a morte. Essa lógica reformista serviu e ainda serve para desarmar a juventude e a classe trabalhadora, neutralizar sua resistência e bloquear seu potencial transformador e revolucionário.

UM PROGRAMA DE LUTA PARA A ATUAL CONJUNTURA

1. Frente Única para resistir contra cada ataque! Construir a aliança operário-estudantil.

Para não deixar passar nenhum ataque, é necessária ampla unidade de todos aqueles que estiverem dispostos a combater a destruição da universidade, os ataques da reitoria e dos governos (estadual e federal), a repressão policial e perseguição aos lutadores e suas entidades. O movimento estudantil precisa ser ponta de lança nesse processo e tomar as ruas contra os ataques, se unificando com os demais setores em luta. O CEGE, enquanto centro acadêmico, deve dar vazão às lutas, tornando-se um aparelho de Frente Única, e a Frente Única se dá sempre escolhendo um problema (ou inimigo) comum a ser atacado, contra o qual se coloca o conjunto dos estudantes em movimento.

Contra o desmonte da USP! A vida, para os que estudam e trabalham aqui na USP, piora a cada ano. Os burocratas, por trás de seus discursos mofados e cadeiras bambas, a cada canetada, destroem nossas condições de vida. Atacam a permanência estudantil, precarizam as condições de trabalho e garantem que as contas da crise financeira da USP caiam sobre nossos ombros.

Reverter o sucateamento dos hospitais, creches, escola de aplicação, restaurantes e prefeituras! Contratações de funcionários USP já!

Contra a repressão! Cada vez mais, as possibilidades de organização coletiva e resistência paralelas são minadas – os ataques à autonomia estudantil, com a proibição das festas, processos e sindicâncias e dos trabalhadores, com cortes de ponto e perseguição aos lutadores tornam-se cada dia mais comuns.

Contra a retirada dos espaços estudantis, contra o fechamento do Vão da Historia/Geografia! Em defesa da sede do Sintusp! Contra os processos e perseguições aos estudantes e trabalhadores! Em defesa das festas! Fora PM, Fora Koban!

Resistir aos ataques do governo Temer! Contra qualquer ataque, a aliança operário-estudantil. Num governo mais frágil, temos a chance de resistir e derrotar as reformas da previdência, do ensino médio e trabalhista e a PEC 241.

Pela mobilização independente dos trabalhadores e da juventude!

2. Garantir a democracia direta para as tomadas de decisões, erguer o poder da maioria!

Nos últimos anos, temos presenciado uma burocratização e aparelhamento crescente nas entidades estudantis, com reuniões fechadas e deliberações sendo tomadas à revelia da base dos estudantes. Hoje, a “privatização” do CEGE por um “núcleo duro”, que se estabelece como uma gestão não eleita, serviu, primeiramente no sentido de deixar o curso cair na desmobilização, sem nenhum tipo de construção de base ou trabalho agitativo. Pior, posteriormente, especialmente em 2016, serviu enquanto entrave à certas lutas. Se antes o CA dava vazão às lutas, priorizava uma democracia direta e aberta a todos, hoje barra lutas que não são centrais ao programa da vanguarda, caindo nos mesmos erros – a burocratização, a privatização da entidade e o aparelhamento – que inicialmente combatia.

Em cada momento, é preciso favorecer a democracia direta e trazer, para o cotidiano das entidades, a disputa política, com a participação massiva dos estudantes. Precisamos garantir o controle estudantil sobre o CA, com reuniões abertas a voz e voto regulares e assembleias periódicas. Garantir, enfim, que as deliberações que pautam o movimento estudantil na geografia partam das reivindicações reais dos alunos, não da imposição de um programa de uma pequena vanguarda, articulando a luta pelas bases contra os de cima!

3. Retomar a disputa programática para reviver o CEGE

Defendemos que o CEGE volte a ser gerido por chapas eleitas em urna. É preciso devolver aos estudantes o direito de decidir o programa de luta que eles querem para o futuro, isso não pode mais ser decidido em pequenas reuniões, como funciona atualmente o CEGE. É preciso ter uma gestão que possa agir com velocidade sobre a conjuntura, que possa ser cobrada por seus erros e acertos. Abrir novamente a participação no CA para qualquer estudante, seja ele organizado ou não, através de reuniões abertas a voz e voto periódicas, pois a única garantia que temos contra a desmobilização e o burocratismo é a disputa aberta e honesta pelo futuro da nossa entidade no processo eleitoral e principalmente nos fóruns de democracia direta.

É preciso que os estudantes passem pela experiência com os diversos programas políticos dos grupos políticos. Isso só se dá num processo, de alguns anos. É preciso haver chapas que concorram e é preciso haver gestões, para que suas políticas se provem na história, e para que os estudantes tirem as suas próprias conclusões das políticas dos grupos políticos. Isso não nega de forma alguma a "autonomia". Autonomia significa, literalmente, lei própria, lei auto-imposta. Se a

maioria dos estudantes decide retomar gestões com eleição em urna, está aplicando uma lei para si mesma; está agindo de forma autônoma.

A chamada "autonomia" que existe hoje, entretanto, é uma forma que visa a diminuir os embates políticos da maioria dos estudantes do curso; que fecha a entidade numa minoria (a "vanguarda"); que no final prepara a diluição da própria entidade dentro de um certo grupo de amigos. Quem tem medo das discussões políticas duras? Quem quer agir só por consenso? Por trás da "autonomia" atual existe uma forma burocrática de uso da entidade, incapaz de trabalhar politicamente a maioria dos estudantes do curso. Há grupos pelegos e traidores que querem usar a entidade, em gestões, para fins privados? É claro que há, mas eles devem ser combatidos com o debate público e amplo de ideias, e é preciso que a maioria dos estudantes do curso participe e decida. Só assim – não ignorando os problemas reais e a dificuldade real de envolver a grande maioria – se criará o movimento vivo e amplo que todos almejamos.

Assinam: Davi Tochetto | Lucas Cecin | Manuela Briso | Victoria Ribeiro | Wesley Valentim

Tese do Juntos! Para o Congresso dos Estudantes de Geografia – 2016

"Nada pior do que não contar agora com a força dos sonhos."

Organizar para lutar: unidade na diversidade!

O sentimento de todos é o mesmo, vivemos tempos difíceis. A crise econômica desencadeou também uma crise política sem precedentes no país. O Congresso Nacional, tomado em sua maioria pelo fisiologismo de partidos corruptos e reacionários, foi responsável pelo impeachment da presidenta Dilma. Foi uma manobra escancarada para colocar um representante genuíno da elite no poder e aplicar de maneira acelerada a Ponte para o Futuro com uma cara ainda pior. Michel Temer, o presidente ilegítimo que não tem nem 3% de apoio popular, com pouco tempo no poder pretende deixar a marca do golpe eternizada aprovando a PEC 241 que congelará os investimentos da saúde, educação, previdência e assistência social durante 20 anos. A Reforma do Ensino, no mesmo sentido, é a resposta mais canalha que poderia ser dada aos estudantes secundaristas que ocuparam e continuam ocupando escolas aos milhares no país. Reivindicam democracia, participação, mais investimento enquanto o Governo Federal busca aprovar uma lei autoritária que acaba com a liberdade dos professores, exclui disciplinas que estimulam o pensamento crítico, congela os investimentos e entrega a responsabilidade à iniciativa privada.

Este cenário se completa com um difícil sentimento de descrença e apatia na política geral por uma ampla parte da população. Isso demonstra o esgotamento de um ciclo no Brasil, no qual, durante anos, os cargos dos governos foram usados como moeda de troca a bel-prazer de uma casta política para celebrarem a si mesmos, aproveitando-se do dinheiro público com escandalosos esquemas de corrupção. PSDB, PMDB, PT e tantos outros partidos que funcionam como acessórios do poder econômico fizeram do país um balcão de negócios das grandes empreiteiras, banqueiros e multinacionais. São os grandes responsáveis pela desesperança política da população.

Por outro lado, não houve na história recente um momento no qual a possibilidade de disputa pela construção de um modelo de sociedade diferente estivesse tão aberta e os métodos de luta fossem tão numerosos. Mostras disso foi a primavera feminista, em maio, a qual colocou a luta das mulheres, que se posicionaram categoricamente contra a cultura do estupro e derrubaram Eduardo Cunha, na ordem do dia; ou as greves de servidores públicos que tomam

o país contra a PEC 241, especialmente no Paraná com a congelamento salarial dos servidores públicos; e sem dúvidas as ocupações de escolas que começaram em São Paulo em 2015 e agora foram retomadas no Paraná e em todo Brasil (já são mais de mil!). As universidades federais, no mesmo sentido, numa luta pela sua existência, já iniciaram aos poucos uma greve que pretende se nacionalizar.

Na USP o reflexo da política nacional nunca foi tão direto. Alckmin e Dória, aliados quase de sangue, já não deixam dúvidas do seu projeto privatista. A reitoria da USP, marionete do governador, também não tem constrangimento em falar sobre isto. Em 2016 o reitor Zago organizou uma Conferência Internacional com reitores de universidades como Berkeley, Harvard, Oxford e com a presença do ex-ministro da educação da Espanha para pensar os rumos da USP. A conclusão divulgada pelo jornal Estado de SP foi de que é preciso cobrar mensalidade dos estudantes. Neste ano o conselho Universitário aprovou a toque de caixa o convênio com uma das mais importantes empresas de consultoria do mundo, a McKinsey & Company (Mesma empresa que concedeu o relatório final ao Governo do Estado de São Paulo em 2015 sobre a reorganização escolar), com o objetivo de "tirar a USP da crise". Este é um tema tabu na universidade: o que parece ser uma solução razoável, na verdade é a abertura escancarada para o caminho das privatizações. Se antes falar de privatização era algo longínquo, hoje é uma realidade que nos rodeia.

Além de usar a universidade pública em prol de seus interesses particulares e desviar o caráter crítico e social que deveria ter, as empresas são contratadas sob acordos obscuros: não precisam prestar licitação e nem fazer prestações de contas(!!). O que acontece na maioria das vezes, como denunciado no escândalo de corrupção da FUSP, é que os professores e funcionários do alto escalão, envolvidos nestes negócios, lucram com as irregularidades das empresas. Os privilégios da casta política da USP são imensos. Osvaldo Nakao, por exemplo, superintendente do espaço físico e um dos principais articuladores do PIDV (Plano de Incentivo à Demissão Voluntária), aderiu ao próprio programa, embolsou R$600 mil e foi recontratado pelo reitor no dia seguinte. Enquanto as creches são fechadas, as bolsas estudantis cortadas, as vagas no CRUSP restringidas, as diretorias dos institutos são transportadas todos os dias por carros oficiais. Quais deveriam ser as prioridades? Quem deveria decidir os rumos do orçamento da universidade é a comunidade universitária e a população de São Paulo e não um grupo restrito de professores titulares que, na maioria, não pisam na sala aula há pelo menos cinco anos! Se a crise atinge a todos, todos devem poder decidir.

Ano que vem promete ser tumultuado na universidade. Após uma greve forte que envolveu a maioria dos cursos de toda a USP, tivemos algumas vitórias parciais: o fim da prova específica da FAU e IAU, a não desvinculação do HU, a aprovação de cotas via SISU em muitos cursos. A geografia, em especial, foi o curso que aprovou as cotas via SISU com a melhor das possibilidades, em relação aos outros cursos - fomos o único curso da FFLCH com recorte de renda. Mas ainda não é suficiente, afinal, a reivindicação histórica de cotas pela proposta da Frente Pró Cotas Estadual não foi atendida. A USP precisa ser verdadeiramente democratizada e isso significa que 1) é preciso ampliar radicalmente as cotas étnico-raciais de acordo com a reivindicação histórica do movimento; 2) é preciso ocupar os espaços de decisão e transformar a estrutura de poder da universidade para termos uma real intervenção nos rumos do orçamento e decidirmos as prioridades de acordo com as necessidades dos estudantes que mais precisam.

Por fim, em 2017 haverá dois momentos importantes para o conjunto da universidade. O primeiro, em junho, será a votação do Conselho Universitário sobre a questão do acesso. Zago tenta nos enganar ano após ano e chegou a dizer que aprovaria cotas em 2017, ano em que vence sua gestão. Precisamos nos mobilizar massivamente e arrancar as cotas na USP nessa data. O segundo, em outubro, é a votação do próximo reitor. Não há dúvidas de que tentarão colocar no lugar de Zago uma figura ainda mais autoritária e neoliberal para acabar com o pouco de público que tem a USP e reprimir fortemente o movimento social e estudantil.

A situação da USP afeta particularmente o nosso curso, que tem cada vez menos trabalhos de campo e, em curto prazo, passará por uma grande falta de professores devido ao congelamento das contratações. Além disso, a permanência estudantil é tema central num dos cursos em que entram mais estudantes de escola pública. Precisamos nos organizar o CEGE para transformá-lo num polo vivo de formulação e ação coletiva! É com muita unidade e disposição de construir sínteses que poderemos envolver muito mais estudantes na luta. Saberemos ano que vem, mas com a vitória das cotas da greve é provável que contemos com a presença de ainda mais estudantes de escola pública, baixa renda, pretos e indígenas; para isso, o CEGE precisa ser um instrumento de luta para cada um de nós! Neste momento, é necessário nos armarmos e alinharmos politicamente enquanto estudantes da maior instituição de ensino da América Latina para os desafios que se seguirão dentro e fora dos muros uspianos no próximo período.

Nós do movimento JUNTOS! acreditamos que, apesar de na USP estar alinhada uma "trinca de reis" formada por Temer, Alckmin e Dória, com um "valete" representado pela figura do reitor Zago, a partida só começou. A saída para a crise

nacional está em disputa - de um lado os poderosos e do outro uma multidão de jovens e trabalhadores indignados e radicalizados - e, por isso, temos que nos organizar em todos os locais possíveis. O Congresso de Estudantes de Geografia pode cumprir com o papel urgente de repensar o movimento estudantil, suas falhas e dificuldades, superando o sectarismo e abarcando a diversidade de estudantes e opiniões políticas e conseguir fazer do nosso Centro Acadêmico um polo forte de resistência na USP em articulação com todos os movimentos pra fora dela.

DEFENDEMOS

Cotas segundo o Projeto de Lei da Frente Pró Cotas-Estadual

A greve deste ano possibilitou que conseguíssemos ampliar o debate sobre cotas, porém a reitoria, de certa forma tentou nos enganar: cotas via SISU não é a reivindicação do movimento negro e estudantil da USP - primeiro, porque sequer foi obrigatório e muitos institutos ignoraram a necessidade de implementação das cotas. Em segundo, porque historicamente o Núcleo de Consciência Negra se organiza para lutar pelas cotas através do Projeto de Lei da Frente Pró Cotas Estadual de São Paulo. Acreditamos que não podemos parar por aqui: é preciso lutar até que as cotas sejam verdadeiramente implementadas na USP e o povo preto da periferia ocupe de fato essa universidade!

Trabalhos de Campo

Na Geografia, assim como em muitos institutos da USP, os trabalhos de campo vêm sendo cortados com a desculpa da reitoria de “contenção de gastos”. Na prática, isso serve para manter os privilégios dos burocratas num momento de crise. Você sabia que há alguns anos os estudantes tinham trabalho de campo no Amazonas, no Sertão Nordestino, no extremo Sul do país e também na região central? Eram as Regionais, matérias extintas por falta de verba e de professores. Na Oceanografia, os alunos têm que pagar campos obrigatórios em bases de pesquisa da própria USP (!) para poderem se formar, gerando uma evasão em série no curso. Isto é um completo absurdo! Dentro disso, acreditamos ser fundamental que se consolide uma frente formada por estudantes e professores dos cursos com problemas em seus campos e que organizemos, em2017, uma semana de atividades e debates para aprofundarmos esta questão e tirarmos, a partir daí, um Manifesto para ser entregue em ato à reitoria Em Defesa dos Trabalhos de Campo!

Pela vida das mulheres!

Nos últimos anos, o movimento feminista, como um todo, deu um salto astronômico de patamar. Não é mais incomum grandes atos interligados por todo o país com pautas exclusivamente feministas,

como foram as manifestações contra a Cultura do Estupro após o caso de estupro coletivo a uma jovem no Rio de Janeiro; a greve de mulheres na Polônia em defesa do aborto legal; e na Argentina, agora, a campanha #NiUnaAMenos contra o feminicídio como resposta ao triste caso de Lúcia Perez.

Na USP isso não foi diferente: o protagonismo das mulheres em cada mobilização é nítido e foi graças a isso que, em meio a greve de 2016, arrancamos da reitoria três importantíssimas reivindicações do movimento: Um Centro de Referência para Mulheres na USP, a obrigatoriedade da formação de Comissões para apuração dos casos de Violência de Gênero em cada instituto da universidade e a Comissão para apurar casos de violência de gênero no CRUSP.

Quanto ao Centro, seu projeto ficará pronto até o final deste ano e está sendo escrito conjuntamente entre alunas, funcionárias e professoras. No entanto, para as comissões existirem nas unidades é necessário que o movimento se articule para reivindicar isso da direção da faculdade. São muitos os casos de assédio, machismo, perseguição e estupro na Geografia e queremos nos auto organizar para garantir a existência de um espaço oficial com professoras e estudantes para o acolhimento e apuração dos casos. Precisamos levar estes casos até o fim; é inadmissível que qualquer mulher se retire de qualquer espaço porque seu agressor continua nele livremente. Nossa proposta é que este congresso se posicione em favor de todas essas conquistas e, além disso, visando uma maior eficiência nas investigações dos casos, tire um grupo de alunas para articular junto com funcionárias e professoras a efetivação de uma Comissão de Acolhimento e Apuração da Geografia.

Contratação de professores

Há um tempo já nos faltam professores de disciplinas como as regionais e a superlotação das salas é evidente. A situação será ainda pior daqui um ou dois anos, quando parte importante dos nossos professores se aposentar. Propomos que o CEGE faça um levantamento da situação docente para usarmos isto como instrumento de transparência e pressão para que se abram contratações de professores via concurso público.

Pela participação do CEGE nos Conselhos de Centros Acadêmicos (CCA)

O Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) é o fórum convocado frequentemente pelo DCE-Livre da USP, em que os Centros Acadêmicos da USP inteira se reúnem

para debater política, decidir iniciativas, organizar mobilizações, festas, debates, etc. Há muito tempo o CEGE não participa deste espaço. Na nossa opinião, perdemos muito em nos isolarmos, afinal, não somos melhores do que outros cursos que vivem realidades diferentes e também muito parecidas com a nossa. Nosso tempo exige nos organizarmos e articularmos com mais seriedade e responsabilidade, pois nossos inimigos estão fortalecidos e a organização conjunta de todos os Centros Acadêmicos é conhecidamente uma maneira importante de fazer luta. O CEGE precisa voltar a se relacionar com os cursos e campi da USP!

Representação Discente (RDs) respaldada pelos fóruns do movimento

Neste ano a reitoria junto com RDs da chapa USPinova no Conselho Universitário deram um duro golpe no movimento estudantil. A cadeira de RD, antes escolhida por eleições organizadas pelos próprios estudantes, junto com a eleição do DCE e proporcionais à votação das chapas, agora será eletrônica, individual e organizada pela própria reitoria. Isso vale pro Conselho Universitário mas também para as congregações de cursos. Isso é um retrocesso por vários motivos: os concelhos

centrais são completamente antidemocráticos, ao ponto de que na maioria das vezes sequer permitem que levemos nossas pautas estudantis a debate; o cúmulo da falta de democracia é que os poucos representantes dos estudantes que participam destes espaços sejam escolhidos via reitoria em vez da comunidade estudantil; além disso, a votação online e individual impede o debate político - a votação passa a ser por "amiguismo" e não por propostas políticas -o que fortalece grupos de estudantes conservadores que têm relações bastante espúrias com a reitoria. Propomos que na Geografia só possa se candidatar à congregação e conselhos de curso os estudantes que forem escolhidos democraticamente nos fóruns oficiais do movimento.

Declarar personas non gratas Zago, Nakao, Visintin e Waldyr Jorge

Enquanto a USP passa por uma grave crise orçamentária, alguns senhores ocupam cargos importantes para garantir seus interesses particulares e impedir a democratização da estrutura de poder. (1) Marco Antônio Zago, reitor da USP, é também o presidente da curadoria da FUSP, responsável por aprovar os contratos de empresas. Em 2015 a FUSP foi denunciada pelo Ministério Público por um vergonhoso escândalo de corrupção, em que professores contratavam suas próprias empresas pela Fundação com o aval de Zago. (2) Osvaldo Shigueru Nakao, o superintendente de espaço físico e ex-prefeito do campus, foi um dos principais articuladores do Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e aderiu a ele embolsando R$600 mil, mas, pasmem, foi recontratado no dia

seguinte pela reitoria. É ele também a ilustre figura que declarou a EACH não estar contaminada, e ser isso uma intriga do PCO(!!). (3) José Antônio Visintin é uma das figuras mais asquerosas da USP, diretor da Faculdade Veterinária, responsável por uma dezena de sindicâncias contra trabalhadores e estudantes e denunciado por ameaçar funcionários e acobertar casos de estupro; (4) Waldyr Antonio Jorge, superintendente da SAS, ocupa este cargo há anos e tem o "controle" da permanência estudantil no campus. É um acobertador de casos de violência contra mulheres; é permissivo com o assédio das assistentes sociais sobre estudantes que procuram ajuda e, além disso, usa de seu cargo para perseguir estudantes.

Forma de organização do CEGE

O CEGE passa por graves dificuldades para envolver os estudantes do nosso curso. Acreditamos que este é um cenário que ultrapassa o movimento estudantil da Geografia pois é a realidade de grande parte das entidades estudantis e sindicais na USP e para fora dela. Mas também, parte disso é porque, na nossa opinião, embora a autogestão tenha cumprido umpapel importante anos atrás, ela parece ter se esgotado como um método de organização dos estudantes da Geografia. Não enxergamos a forma de organização como um princípio em si (nema gestão, nem a autogestão). Ainda assim, acreditamos que para este momento, eleições diretas para o Centro Acadêmico seriam saudáveis para o nosso curso, pois envolveriam estudantes no debate político. Além disso, a existência da gestão daria a nós uma responsabilidade que hoje não existe, a de responder, ser cobrada, ser pressionada e "obrigada" a ouvir e organizar o conjunto dos estudantes. Os tempos que vivemos exigem mais seriedade e envolvimento com a luta e esse seria um teste importante para o nosso curso.

Assinam: Gabriela Ferro | Thais Bueno | Bruno Carvalho | Filipe Cruz | Ana Clara Bonazzi | Julia Nemo Aidar | Ricardo Almeida | Ricardo Martins | Caio Miazzi | Joaquim Burer | Maria Luiza Perroni